

RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA	
INFORMAÇÕES GERAIS	
<p>Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.</p> <p>Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.</p> <p>Comunidade: Povo Indígena Javaé (conjaba) – Aldeias: Canoanã e Xiwenoa.</p> <p>Local: Galpão de eventos da aldeia Canoanã - Ilha do Bananal, município de Formoso do Araguaia.</p> <p>Data: 23 de setembro de 2025.</p> <p>Duração: 1 dia.</p>	
EQUIPE ENVOLVIDA	
<p>Moderador (a): João Martins</p> <p>Relator (a): Ana Paula Mendes</p> <p>Facilitador (a) Gráfico: Não se aplica</p> <p>Tradutor: Kohalue Karajá</p> <p>Técnico (a) em Comunicação: Equipe Public</p> <p>Recreador (a): Sávio Danrley</p> <p>Articulador (a) Comunitário(a): Vantuíres Javaé</p> <p>Representante do Poder Público: Isabel Acker, Fabio Henrique, Srêwê Xerente (SEMARH) e Ricardo Javaé (SEPOT)</p> <p>Outros participantes com papel relevante: Ana Paula Mendes, Roseneide Caldeira, Ivan Guarani e Kohalue Karajá (Consultores TOCAR).</p>	
DIA 01: TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2025	
PARTICIPANTES	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Kanari Javaé (aldeia Canoanã) 2. Dorivaldo Idiau Javaé (aldeia Canoanã) 3. José Tehybí Javaé (aldeia Canoanã) 4. Vantuíres Javaé (Formoso do Araguaia) 5. Wanderley Javaé (aldeia Canoanã) 6. Kanara Suia Karajá (aldeia Canoanã) 7. Cuarila Javaé (aldeia Canoanã) 8. Railson Tatiwaré Javaé (aldeia Canoanã) 9. Kukuiru Javaé (aldeia Xiwenoa) 10. Mackdelson Javaé (aldeia Canoanã) 11. Mydjiwaru Matwa Javaé (aldeia Canoanã) 12. Edna Myreiko Javaé (aldeia Xiwenoa) 13. Edvan Silva Oliveira (aldeia Xiwenoa) 14. Simone Hatxu Javaé (aldeia São João) 15. Rosilda Tiburu Javaé (aldeia Canoanã) 16. Larike Javaé (aldeia Canoanã) 	

17. Estevo Hararie Karajá (aldeia Canoanã)
18. Elizeu Kariwra Javaé Filho (aldeia Canoanã)
19. Marineide Rarindo Javaé (aldeia Canoanã)
20. Natalino Barbosa Xerete (aldeia Canoanã)
21. Gabriel Wohuka Javaé (aldeia Xiwenoa)
22. Walas Kumanare Karajá (aldeia Canoanã)
23. Daniela Dikuria Javaé (aldeia Canoanã)
24. Imaru Javaé (aldeia Canoanã)
25. Roniel Mytoroa Javaé (aldeia Canoanã)
26. Lucineide Ussanakii (aldeia Canoanã)
27. Leomarcio F. Maia (aldeia Canoanã)
28. Kauan Were Wedu Javaé (aldeia Canoanã)
29. Marcia Javaé (aldeia Canoanã)
30. Mayara Myxiry Javaé (aldeia Canoanã)
31. Camila Kaxiwedidi Javaé (aldeia Canoanã)
32. Samanta Maluadidi Javaé (aldeia Canoanã)
33. Dibexia Korehi Javaé (aldeia Canoanã)
34. Josiane Maluheru Javaé (aldeia Canoanã)
35. Kulariru M. Javaé (aldeia Canoanã)
36. Domingos S. Reis Antunes (aldeia Canoanã)
37. Luana Dboreá Javaé (aldeia Canoanã)
38. Alexandre Weredeburé Javaé (aldeia Canoanã)
39. Reinaldo Javaé (aldeia Canoanã)
40. Paulo César Santos Assis (aldeia Canoanã)
41. Josivaldo Javaé (aldeia Canoanã)
42. Koteriru Mytara Javaé (aldeia Canoanã)
43. Dibexiru Inyria Javaé (aldeia Canoanã)
44. Ronivon Ijaruá Javaé (aldeia Canoanã)
45. Ivan Guarany (Palmas)
46. Romildo Javaé (aldeia Canoanã)
47. Narrimá Malawirú Javaé (aldeia Canoanã)
48. Reillayne Matuiru Javaé (aldeia Canoanã)
49. Tereza Djumale Javaé (aldeia Canoanã)
50. Arnaldo César Harukua Javaé (aldeia Canoanã)
51. Edilene França Carvalho (aldeia Canoanã)
52. Edson (aldeia Canoanã)
53. Mahalaru Javaé (aldeia Canoanã)
54. Jawaray Javaé (aldeia São João)
55. Kunari Javaé (aldeia Canoanã)
56. Dorewaru Javaé (aldeia Canoanã)
57. Noyaki Javaé (aldeia Canoanã)
58. Manoel (aldeia Canoanã)
59. Olavo L. Javaé (aldeia Canoanã)
60. Tewaxi Javaé (aldeia Canoanã)
61. Roque Javaé (aldeia Canoanã)
62. Duarideru Javaé (aldeia Canoanã)
63. Virna da Silva Santos (aldeia Canoanã)
64. Thelú Javaé (aldeia São João)
65. Alex Javaé (aldeia Canoanã)
66. Maria Helena Javaé (aldeia Canoanã)
67. Rúbia Javaé (aldeia Canoanã)
68. Sidnei Javaé (aldeia Canoanã)
69. José Feitosa Oliveira (aldeia Canoanã)
70. Poliana Mahiru Javaé (aldeia Canoanã)
71. Sandra Regina P. de Souza (aldeia Canoanã)

72. Elon Sawaru Javaé (aldeia Canoanã)
73. Marcio Adriano da Silva (aldeia Canoanã)
74. Iara Hewde Alves Perera Javaé (aldeia Canoanã)

Abertura

A oficina participativa foi iniciada às 09h22.

João (moderador Plantuc) deseja boas-vindas e convida os caciques e os representantes das equipes para se apresentarem. Estão presentes os caciques: Tehybi (aldeia Canoanã) e Edna (aldeia Xiwenoa); Darci e Vantuíres (Conjaba) e Ivan (Sepot).

A equipe da SEMARH se apresenta e também deseja boas boas-vindas.

Isabel (ponto focal do estado) agradece pela acolhida na aldeia, da escola e pela participação e engajamento da conjaba. Diz que o Estado está ali para ouvir e garantir o direito de consulta das comunidades.

Srêwê (ponto focal do estado) enfatiza a importância da participação dos tradutores, que estão desempenhando um papel fundamental nas atividades. Agradece a presença de todos e destaca que é a primeira vez que o Estado promove uma ação desse nível de escuta dos povos indígenas dentro dos territórios.

Fabio (ponto focal do estado) faz sua apresentação.

Rose (consultora Tocar): se apresenta e explica que o tradutor está presente para auxiliar na compreensão das falas ao longo do dia.

Marquinhos (presidente da ARPIT): deseja as boas-vindas, se apresenta como presidente da ARPIT e diz que é um momento importante. Agradece a presença de todos, das lideranças e da equipe da SEMARH. Ressalta que é a primeira vez que os povos indígenas estão sendo consultados, destacando a tradução como ferramenta essencial para facilitar o entendimento. Diz que o movimento indígena está acompanhando o REDD+ com o amparo jurídico do MPF e da Funai. Afirma que este é o momento de ouvir, e que posteriormente será decidido se há concordância ou não com o projeto e complementa dizendo que: “para dizer não, é preciso saber para o que se está dizendo não”. Reforça que se trata de um processo de construção de uma política pública.

Kanari (presidente da associação da aldeia Canoanã e tradutor): deseja as boas-vindas aos visitantes e faz fala na língua inĩrybé.

João (moderador Plantuc): retoma a palavra e convida Isabel para iniciar as atividades.

O que é o JREDD+

Isabel (ponto focal do estado): explica que a oficina é um momento de consulta sobre a estrutura de uma política pública que está sendo construída pelo Estado. Apresenta o roteiro dos temas a serem discutidos: o que é o JREDD+, repartição de benefícios, governança e transparência, salvaguardas socioambientais, ações

importantes e próximos passos. Cita o calendário das aldeias participantes das oficinas conjaba. Fala sobre os próximos passos do processo de consulta, destacando que ele não começou hoje nem terminará amanhã, sendo este um momento importante de troca de saberes. Explica que a oficina foi estruturada desde o ano passado, em reuniões prévias, e que todos os momentos estão sendo registrados por fotos, vídeos e relatoria. Menciona também a recreação e a estrutura de alimentação, organizadas para garantir uma participação tranquila. Em seguida, apresenta Rose, especialista em implementação de JREDD+.

Rose (consultora Tocar): inicia com a participação da plateia, perguntando o que os presentes sabem sobre o JREDD+ e se já ouviram falar do JREDD+. Alguns participantes confirmam que sim. Ela pergunta também se alguém já participou de atividades da Biofix.

Cesar (aldeia Canoanã): diz que a Biofix esteve na ilha explicando sobre o “sequestro” de carbono e que as ações foram boas, despertando o interesse da comunidade.

Rose (consultora Tocar): explica que o JREDD+ está relacionado ao carbono e utiliza as árvores ao redor para ilustrar o conceito de “sequestro de carbono”, dizendo que os seres humanos emitem carbono e respiram oxigênio, enquanto as árvores absorvem carbono e liberam oxigênio. Usa o exemplo da chuva para facilitar o entendimento.

Reinaldo (aldeia Canoanã): comenta que, quando há muita chuva, há muitos nutrientes e benefícios para a plantação.

Rose (consultora Tocar): pergunta o que acontece quando há água em excesso.

Reinaldo (aldeia Canoanã): responde que todos sobrevivem da cadeia alimentar e que a chuva é necessária para manter o equilíbrio e o funcionamento da natureza.

Rose (consultora Tocar): afirma que estão falando de política pública porque as pessoas estão sendo afetadas pelos exageros climáticos. Explica que o excesso de gases do efeito estufa causa o aquecimento global, comparando-o a uma estufa de plantas onde o calor fica preso. Diz que o gás carbônico, quando emitido em grande quantidade, é prejudicial. Cita o rio Javaé, que margeia a reserva indígena, e pergunta se os outros estados estão contribuindo para que o rio esteja seco.

Reinaldo (aldeia Canoanã) responde que sim, citando a falta de cumprimento da legislação sobre a preservação das margens de mata ciliar. Afirma que, por ganância, os fazendeiros não respeitam a lei e acabam assoreando o rio.

Rose (consultora Tocar): destaca que existe apenas um planeta, e tudo o que é feito em qualquer lugar o afeta. Explica que as mudanças climáticas têm causado secas e cheias, e faz uma analogia com o início da aldeia, quando havia poucas pessoas, e hoje há cerca de 300 a 400 habitantes. Diz que, da mesma forma, a população mundial cresceu de duas pessoas no início da criação para oito bilhões, mas o planeta continua o mesmo. Ressalta que o aumento populacional e a ganância têm levado à exploração excessiva da natureza, com florestas sendo destruídas para atender às demandas de consumo. Explica que o carbono está em excesso na atmosfera porque as árvores estão sendo cortadas e queimadas, e a criação de gado também libera gases. Quanto mais gases, maior a temperatura do planeta. Conta que, em 1992, foi decidido que as empresas poluidoras precisavam ser

limitadas, e criou-se um mercado que transformou o CO₂ em valor financeiro. No início, apenas as indústrias participavam, sem incluir as pessoas físicas ou comunidades. Com o tempo, percebeu-se que as florestas continuavam sendo destruídas, e os governos precisaram intervir.

Continua dizendo que em 2005, surgiu a proposta do REDD, voltada para quem desmatava, mas que não contemplava os povos indígenas, pois estes não desmatam. Já em 2007, surgiu o REDD+, que significa “Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação”. Usa exemplos práticos: “Redução” é como cortar o cabelo, “emissões” é como a fumaça da fogueira; o primeiro “D” é de “desmatamento” (quando o gás vai para o céu) e o segundo “D” é de “degradação” (como o fogo no cerrado, que reduz a capacidade da floresta de absorver gases).

Vantuíres (conjaba): comenta que os povos indígenas não desmatam, mas que, todos os anos, há altos índices de incêndios na ilha do bananal, o que contribui com a degradação e a emissão de fumaça.

Kanari (tradutor): fala na língua e confirma que estão incluídos no “+” do REDD+, e explica que a Biofix nunca esteve na aldeia. Destaca que é a primeira vez que está sendo feita uma escuta ali.

Rose (consultora Tocar): diz que essa é uma forma de consulta e ressalta que a conjaba garantiu que o Estado estivesse presente na aldeia.

Vantuíres (conjaba) comenta que há muitas reclamações sobre a participação das comunidades, pois geralmente apenas os líderes vão às reuniões em Palmas. Destaca que esta é uma oportunidade para todos participarem e menciona o envolvimento do MPF na construção dos modelos das oficinas.

Kanari (tradutor): faz uma fala sobre o que é o JREDD+ na língua inĩrybé.

Suia Karajá (aldeia Canoanã): fala na língua e traduz, dizendo que muitos estão comentando que os caciques estão vendendo o oxigênio. Ressalta que é importante que quem tiver dúvidas pergunte sobre os projetos. Diz que não é apenas a indústria que emite gases, e que o JREDD+ vem para reduzir a degradação, citando o desmatamento como fonte de emissão.

Rose (consultora Tocar): esclarece que não está sendo vendido nem oxigênio nem gás carbônico. Explica que o que se busca transformar em valor financeiro é o serviço que as comunidades prestam ao planeta ao evitar o desmatamento e a degradação, cumprindo a legislação. Afirmo que o JREDD+ é uma espécie de “cartilha” com regras para comprovar a redução de emissões e a prestação de serviços ambientais. Destaca que o programa estadual busca implantar isso no Tocantins e cita as experiências de REDD+ no Acre e no Mato Grosso, que ocorreram de formas diferentes.

Thelú (aldeia Canoanã): complementa dizendo que os povos que vivem na ilha são Javaé, Karajá, Āwa e alguns Xerente.

Rose (consultora Tocar): retoma dizendo que, além dos povos indígenas, também vivem no estado comunidades quilombolas e agricultores familiares, e todos fazem parte do REDD+ jurisdicional do Tocantins. Explica que, no projeto privado de REDD, participam apenas os povos Javaé, Karajá e Āwa, e que o projeto estadual fará o aninhamento entre o projeto privado e o programa estadual. Reforça que o

programa jurisdicional não trará prejuízos, e que os indígenas da ilha serão beneficiados de duas formas, pelo projeto da Biofix e pelo programa do Estado. Diz que o “+” do JREDD+ representa os povos conservadores, e que o objetivo é reduzir os altos índices de desmatamento e degradação.

Darci (conjaba): faz fala na língua inĩrybé.

Rose (consultora Tocar): comenta sobre a fala de Darci, explicando que o programa trará benefícios financeiros e que o JREDD+ traz a premissa de que, ao reduzir as emissões de gases do efeito estufa por meio da diminuição do desmatamento e da degradação, as comunidades têm o direito de receber benefícios para continuar esse trabalho de conservação.

Repartição de Benefícios

Fabio (ponto focal do estado): inicia dizendo que, para se obter resultados do JREDD+, é necessário monitorar os níveis de desmatamento e degradação. Explica que, a partir dos dados oficiais do governo federal, são obtidos os índices de desmatamento e de incêndios, além da observação dos estoques de florestas por meio de mapas de carbono. Relata que, com os cálculos, foi identificado o período de referência entre 2015 a 2019, quando foram emitidas 69 milhões de toneladas de gases de efeito estufa. Ressalta que o padrão considera um ciclo de cinco anos e que as reduções de emissões dos próximos cinco anos são transformadas em créditos de carbono. Menciona que o resultado de creditação, referente ao período de 2020 a 2023, apresentou redução de 15,3 milhões de toneladas de CO₂. Cita também a “venda duplicada” de crédito de carbono, comparando com a venda de artesanato para dois clientes diferentes, afirmando que não é possível ocorrer esse tipo de venda. Fala ainda sobre o aninhamento do projeto privado da Biofix, que certificou cerca de 2,3 milhões de toneladas de créditos de carbono entre 2020 e 2022. Sendo o único projeto privado do Tocantins, o valor total da Biofix foi ajustado proporcionalmente ao do estado.

Vantuíres (conjaba): questiona se existem cotas para cada área.

Fabio (ponto focal do estado): responde que não, pois, por ser um programa jurisdicional, não é calculado por polígonos, mas sim dentro das categorias fundiárias para fins de repartição de benefícios.

Vantuíres (conjaba): afirma que é importante saber quantos milhões de toneladas são produzidos nos territórios indígenas e em outras áreas, e o que é produzido especificamente pelos povos indígenas.

Rose (ponto focal do estado): enfatiza que a metodologia utilizada é voltada à redução de emissões, e que, por isso, o volume de contribuição da Ilha do Bananal não é expressivo. Explica que o JREDD+ não negocia carbono ou oxigênio, e sim a redução das emissões. Afirma que o esforço dos povos indígenas dentro do JREDD+ é manter o estoque e conservar as florestas. A metodologia proposta analisa o “mau serviço ambiental” no período de referência, o que gera a possibilidade de implementação do programa de JREDD+. Comenta que a Biofix analisou riscos e projetou o futuro, e que a proposta do Tocantins tem “safra” até 2024. Destaca que a proposta ideal para o PIQPCTAF não é o JREDD+ de redução de emissões, que não compensa o estoque de floresta, mas sim o reconhecimento da função de cada ator na redução das emissões.

Suia Karajá (aldeia Canoanã): pergunta quantos hectares estão incluídos e comenta que o governo do estado não atua diretamente na redução, e sim o governo federal, por meio das brigadas indígenas. Destaca que a maior parte das florestas está na Ilha do Bananal e cita os incêndios provocados por posseiros, ressaltando que agora não se utilizam mais fogo nem maquinário. Expressa o desejo de que o estado atue mais fortemente na Ilha do Bananal.

Rose (ponto focal do estado): responde que o governo federal não trabalha sem os esforços dos estados e informa que 40% do PrevFogo é mantido com recursos estaduais oriundos do Fundo Amazônia, o maior projeto de REDD+ do Brasil desde 2012. Diz que o JREDD+ do Tocantins reforçará as iniciativas do Ibama, pois o meio ambiente geralmente fica em segundo plano. Destaca que o programa olhará para as necessidades dos territórios, e não apenas para as obrigações dos estados, sendo uma política pública coletiva. Faz uma analogia com o rio Javaé, explicando que, se o investimento do JREDD+ fosse apenas no rio, o problema não seria resolvido, pois ele atravessa outros estados. Assim, ninguém deve ser deixado para trás. Ressalta a importância de melhorar o estado como um todo e que todos realizam serviços ambientais liderados por órgãos estaduais. Afirma que o recurso ainda não está disponível, mas que o Tocantins está abrindo caminho para os outros estados.

Vantuíres (conjaba): lembra que a oficina é uma proposta e uma consulta, e que não sairá dali uma decisão final, mas sim uma discussão conjunta. Diz que é necessário dialogar sobre os estoques, a repartição de benefícios e os atores envolvidos, destacando que a conversa deve continuar envolvendo indígenas, assentados, ribeirinhos e agricultores familiares. Reforça a importância de definir como desejam o projeto e suas demandas, pedindo que tirem dúvidas para futuros encaminhamentos.

Kanari (tradutor): faz fala em inĩrybé.

Fabio (ponto focal do estado): retoma dizendo que o programa é jurisdicional, envolvendo vários atores, e que isso não impede o desenvolvimento de projetos privados.

Vantuíres (conjaba): contribui afirmando que o jurisdicional envolve todo o estado e todos os povos que vivem nele. Ressalta a importância dos territórios indígenas e solicita acesso aos dados.

Marquinhos (ARPIT): pede esclarecimentos sobre como são contabilizadas as reservas dentro do programa jurisdicional, mencionando que há 78% do estoque de floresta do estado em territórios indígenas, e questiona se podem vender apenas o estoque.

Vantuíres (conjaba): responde que, se não concordarem com a metodologia, podem vender os estoques separadamente.

Marquinhos (ARPIT): pede confirmação sobre se os créditos que estão sendo negociados são de anos passados.

Fabio (ponto focal do estado): confirma que sim.

Rose (consultora Tocar): comenta que Marquinhos irá ao Peru para conhecer uma cartilha que possibilita a negociação de JREDD+ em territórios com alto estoque de

floresta e baixa degradação e desmatamento. Diz que a realidade da Ilha do Bananal não é de estoque, mas de redução. Explica que as florestas variam conforme suas funções ambientais.

Vantúires (conjaba): afirma que os povos vivem na floresta e também na degradação.

Rose (conjaba): diz que foram analisadas tanto a degradação quanto os estoques.

Vantúires (conjaba): reforça o pedido de acesso aos dados e afirma que a ARPIT pode solicitá-los.

Rose (consultora Tocar): explica que a metodologia considera o passado e faz uma analogia com o plantio de mandioca para exemplificar os dados de referência. Informa que a Biofix já realizou os levantamentos necessários, pois sem isso o projeto não seria viável. Menciona que estados vizinhos não conseguiram implementar projetos de REDD+ devido ao alto nível de degradação. Ressalta que o Tocantins busca incentivo pelos serviços ambientais já prestados e que o JREDD+ não remunera estoque, mas sim esforço de redução. Explica que o padrão ART TREES elaborou uma cartilha voltada a territórios com mais de 80% de cobertura vegetal, o que não é o caso do Tocantins, que tem apenas 39% de cobertura vegetal. Afirma que o Acre já passou por duas repartições de benefícios e revisa a terceira, enquanto o Tocantins ainda não teve nenhuma.

Suia (aldeia Canoanã): pergunta de que maneira são feitos os cálculos, dizendo que árvores maiores têm menor capacidade de absorção, enquanto as jovens consomem mais.

Rose (consultora Tocar): explica que o JREDD+ não é sobre plantar árvores, mas sobre tornar mais eficientes os serviços ambientais.

Alexandre (aldeia Canoanã): pergunta se será necessário mudar os modos de vida das comunidades, que utilizam palhas nas construções.

Rose (consultora Tocar): responde que não, pois o JREDD+ assegura os modos de vida tradicionais (como roça de toco e casas de palha), já que eles fazem parte do “+” do JREDD+. Explica que o programa existe justamente por causa dos PIQPCTAF e busca incentivar melhorias sustentáveis. Afirma que o JREDD+ é um programa socioambiental, que também inclui o agronegócio na repartição de benefícios, já que este também realiza controle de desmatamento e degradação.

Fabio (ponto focal do estado): retoma apresentando os resultados de geração, informando que o valor do projeto privado foi reduzido. Explica que, para transformar o ativo ambiental em crédito de carbono, considera-se que 1 tonelada de CO₂ equivale a 1 crédito de carbono, totalizando 13 milhões de créditos para o estado. Diz que existem vários tipos de carbono (como o carbono azul), cada um com valor diferente no mercado, e que o crédito do Tocantins está estimado em R\$ 82,50, resultando em um valor total aproximado de R\$ 1,2 bilhão.

Thelú (aldeia Canoanã): questiona como garantir os direitos das comunidades diante do JREDD+.

Fabio (ponto focal do estado): ressalta que ainda não há recursos, apenas estimativas, e que os direitos das comunidades são garantidos por diretrizes internacionais, como as salvaguardas socioambientais de Cancún.

Srêwê (ponto focal do estado): contribui dizendo que o período de 2015 a 2019 é o de referência que serve como ponto de partida. Destaca que, quanto melhores forem os serviços ambientais, menores serão os resultados do JREDD+, já que o programa é de redução, e que vender floresta em pé é outro tipo de programa.

Fabio (ponto focal do estado): volta a falar sobre a repartição de benefícios, citando os atores envolvidos (PIQPCTAF). Explica que a metodologia de cálculo “estoque e fluxo” não foi criada pelo Tocantins, mas adotada também por outros estados. Nela, o fluxo equivale à redução (JREDD+) e o estoque à floresta em pé, sendo 50% para cada. A proposta, baseada em dados oficiais, destina 50% para fortalecimento dos órgãos públicos, 25% para PIQPCTAF e 25% para pequenos, médios e grandes produtores rurais.

Vantuíres (conjaba): comenta que o recurso virá conforme os créditos gerados, calculados pela capacidade de estoque, e informa que apresentaram uma contraproposta para a repartição de benefícios, pedindo mais tempo para compreender o processo.

Rose (consultora Tocar): recomenda a criação de um grupo de trabalho para discutir o tema e evitar insegurança dentro dos territórios indígenas. Reforça que o Tocantins tem 39% de cobertura vegetal e que o que está sendo negociado é o serviço ambiental prestado por essa área, que inclui terras indígenas e também áreas do agronegócio. A proposta do estado é equiparar estoque e redução.

Manoel Karajá (aldeia Canoanã): diz que os indígenas deveriam receber a maior parte dos recursos, pois, na divisão atual, saem perdendo. Afirma que, quanto maior a destruição, maior o JREDD+, e que, se está tudo preservado, não há JREDD+.

Thelú (aldeia Canoanã): diz que o recurso serve para incentivar produtores rurais a reduzir degradação e desmatamento.

Ivan (SEPOT): lembra que há vários atores dentro dos 25%, sendo: indígenas, quilombolas e agricultores familiares.

Marquinhos (ARPIT): afirma que concorda com a sugestão de Rose de criar uma comissão, pois é necessário saber o tamanho dos territórios e o valor correspondente aos povos indígenas. Diz que quer aumentar o percentual destinado a eles e que as políticas precisam ser diferenciadas das dos produtores.

Rose (consultora Tocar): destaca que, se a repartição é justa ou não, isso deve ser discutido coletivamente, pois é política pública, e o recurso não irá para contas pessoais. Ressalta que o JREDD+ não fará milagres, mas reforçará políticas públicas e, por isso, não pode excluir nenhum ator.

Intervalo para almoço: 12h20 – 14h09.

Isabel (ponto focal do estado): retoma as atividades da tarde explicando as diferenças entre projeto privado e programa jurisdicional. Diz que empresas podem desenvolver projetos privados, que serão incorporados ao programa jurisdicional, fazendo uma analogia com o SUS e os planos de saúde, sendo que quem tem

plano de saúde não é impedido de utilizar o atendimento do SUS, na mesma premissa que desenvolve projetos privados não serão impedidos de usufruir dos recursos do JREDD+. Ressalta que o programa jurisdicional é para todos, inclusive os indígenas da Ilha do Bananal. Afirma que um montante como o do JREDD+ faz grande diferença para a política pública ambiental do estado, que normalmente não é prioridade. Explica que os 50% destinados ao fortalecimento institucional visam melhorar as secretarias e que os outros 50% serão acessados via estrutura de governança. Informa que o recurso será direcionado ao Fundo Clima para incentivar ações de redução das mudanças climáticas, sendo um incentivo à preservação e não um prêmio por ter preservado. Conclui dizendo que o recurso será monitorado por diversos órgãos para garantir sua correta destinação e execução.

Ricardo (SEPOT) :contribui com tradução em inĩrybé.

Governança

Isabel (ponto focal do estado): retoma falando sobre a CEVAT, explicando que tem como objetivo fiscalizar e acompanhar as ações desenvolvidas no âmbito do programa. Fala também sobre a importância da estrutura de governança, que será responsável por garantir a transparência, o controle social e o cumprimento das diretrizes do JREDD+, assegurando que as decisões sejam tomadas de forma participativa e que os povos indígenas tenham representação efetiva nos espaços deliberativos. Destaca que os recursos do JREDD+ serão direcionados ao Fundo Clima e reforça que o programa não tem o propósito de solucionar todas as questões pendentes, mas representa um importante mecanismo de acesso a recursos voltados para ações pontuais de redução das emissões de gases de efeito estufa e combate às mudanças climáticas. Ressalta que o fortalecimento dos territórios é essencial, pois eles atuam como barreiras naturais contra a degradação ambiental. Enfatiza ainda que as decisões devem ser tomadas de forma conjunta, e, nesse contexto, apresenta a governança como instrumento fundamental para o processo de tomada de decisões coletivas. Faz uma analogia entre o COEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente) e um conselho de educação, explicando que o COEMA reúne diversos órgãos responsáveis por pensar, planejar e desenvolver as políticas públicas ambientais do Estado. Menciona também a CEVAT, destacando-a como um grupo de trabalho vinculado ao COEMA, cuja função é acompanhar, avaliar, monitorar, fiscalizar e garantir a transparência das ações. Explica que a CEVAT é composta por 15 instituições, entre elas FUNAI, MPE, NATURATINS, COEQTO, FETAET, SEMARH, SEAGRO, entre outras.

Kanari (tradutor): contribui com tradução em inĩrybé.

Isabel (ponto focal do estado): explica que a UGP será o escritório de apoio e assessoria técnica que auxiliará os executores na elaboração e submissão dos projetos. Diz que os editais serão definidos a partir das ações prioritárias levantadas durante as oficinas e que, mesmo o recurso ainda não estando em posse do estado, as discussões da 35ª oficina participativa estão sendo fundamentais para esse planejamento.

Houve um momento é de discussões coletivas (em inĩrybé), com participação ativa dos presentes, levantando questões e reflexões.

João (moderador Plantuc): contribui fazendo algumas perguntas aos participantes: para onde vai o dinheiro? As associações terão apoio?

Professor Manoel (aldeia Canoanã): questiona sobre os critérios de classificação dos projetos e cita o saneamento básico como um dos maiores problemas enfrentados pela aldeia. Sugere que sejam realizadas capacitações para elaboração de projetos.

João (moderador Plantuc): responde que essa questão será abordada nas salvaguardas.

Vantúires (conjaba): explica que a UGP será o escritório de suporte para a elaboração e execução dos projetos.

Suia (aldeia Canoanã): comenta que as associações têm dificuldade por falta de pessoas capacitadas para elaborar os projetos, além da barreira da língua, pois muitas vezes o português falado não é compreendido integralmente. Ressalta que é necessário capacitar os indígenas. Questiona também de onde vem o Fundo Clima e quem o criou.

Rose (consultora Tocar): explica que o Fundo Clima foi criado pela Lei Estadual nº 4.131/2023, pois o recurso não pode ir para a conta geral do estado. Diz que esse dinheiro vem “carimbado”, ou seja, deve ser usado exclusivamente para ações climáticas que visem reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Ressalta que uma das fontes de receita do Fundo Clima é o JREDD+, mas que existem outras, como o Fundo Amazônia. Informa que todo recurso proveniente de serviços ambientais será destinado ao Fundo Clima.

João (moderador Plantuc): acrescenta que a forma de organização da governança não é a mesma forma tradicional indígena, mas que para garantir os direitos, o programa segue as salvaguardas.

Ricardo (SEPOT): explica que o Fundo Clima serve como mecanismo de segurança para evitar o desvio de recursos, diferentemente do ICMS Ecológico, que não tem normativa específica para cobrança. Diz que esse fundo representa uma segurança para os povos indígenas.

Rose (consultora Tocar): faz uma analogia com o FUNDEB, dizendo que a proposta é semelhante: assim como o FUNDEB só pode ser aplicado na educação básica, o Fundo Clima só pode ser utilizado em ações climáticas, o que impede interferências políticas indevidas.

Professor Manoel (aldeia Canoanã): pergunta se o Conselho Diretor será responsável pela validação dos editais e projetos.

Rose (consultora Tocar): responde que a UGP ficará com a parte prática e que haverá linhas específicas de projetos para os povos indígenas, assim como para os outros atores. Explica que, ao receber os projetos, uma unidade fará a seleção, sendo composta pelos órgãos que integram a CEVAT.

Manoel (aldeia Canoanã): questiona se qualquer associação poderá concorrer aos editais.

Rose (consultora Tocar): esclarece que as regras para acesso a recursos públicos não foram criadas pelo Tocantins, mas são baseadas em uma lei federal. Diz que o Tocantins possui uma legislação própria que regulamenta essa lei federal, e o Fundo Clima seguirá a legislação vigente. Dá exemplos de associações para

explicar como o edital definirá as formas de acesso e reforça que não se aplicam regras diferentes para realidades diferentes dentro de um mesmo edital. Afirma que, por isso, haverá editais voltados a associações mais estruturadas e outros para associações novas.

Manoel (aldeia Canoanã): pergunta se a Associação de Pais e Mestres pode acessar os recursos.

Rose (consultora Tocar): responde que sim, nos editais voltados a ações de educação. Diz que associações, cooperativas, institutos e outras organizações não governamentais poderão participar conforme o foco do edital.

Ricardo (SEPOT): questiona quem será responsável pela elaboração dos editais e quais serão os critérios de seleção.

Isabel (ponto focal do estado): diz que os editais serão elaborados pela CEVAT e os critérios de seleção serão de acordo com as demandas levantadas nas consultas.

Kohalue (consultor Tocar): faz uma fala em inĩrybé.

Ouvidoria

João (moderador Plantuc): apresenta a ouvidoria, como canal de escuta das comunidades. Onde eles podem fazer: denúncias, reclamações, elogios. Falas dos canais de contatos: e-mail, WhatsApp, e-mail, site, entre outros, e ressalta que a ouvidoria está ativa há mais de um ano.

Isabel (ponto focal do estado): contribuem com explicações, dizendo que a ouvidoria também é um canal de solicitações de informação, e que tem recebido muitos pedidos de informações sobre o programa pela ouvidoria.

Suia (aldeia Canoanã): pergunta o que acontecerá se o dinheiro do JREDD+ acabar.

Isabel (ponto focal do estado): responde que o programa tem como intenção, no longo prazo, deixar de existir, pois o objetivo é que as emissões diminuam cada vez mais. Explica que os projetos financiados pelo Fundo Clima têm início, meio e fim definidos.

Rose (consultora Tocar): complementa dizendo que o recurso deve ser visto como uma ponte para melhorias estruturais e sustentáveis. Cita o exemplo da compra de uma caminhonete por uma associação, explicando que isso gera custo sem retorno, e reforça a importância de criar projetos que gerem sustentabilidade econômica para as associações, como uma casa de farinha, que possibilita a produção de vários derivados e gera renda.

Ivan (SEPOT): acrescenta que os editais definirão a duração dos projetos e cita experiências de projetos do Fundo Amazônia, que possuem modelos simplificados.

João (moderador Plantuc): encerra dizendo que os projetos terão linguagem específica e que as ações prioritárias serão levantadas coletivamente.

Salvaguardas

João (moderador Plantuc): propõe uma dinâmica para iniciar a explicação sobre salvaguardas. Convida alguns participantes para comporem um grupo que simularão a proteção do território. Enquanto uns se juntam para proteger o território, outros que simulam os agentes externos invasores, tentam adentrar a força. A dinâmica reforça que a união e o preparo das comunidades fortalecem as defesas dos territórios contra as ameaças externas.

Isabel (ponto focal do estado): explica que as salvaguardas são garantias de direitos relacionadas aos modos de vida das populações que vivem nas florestas. Informa que elas foram criadas durante a COP de 2010, em Cancún, e esclarece que COP significa Conferência das Partes uma reunião internacional voltada às discussões sobre as mudanças climáticas. Acrescenta que as ações de JREDD+ devem ter um triplo ganho: o fortalecimento das estruturas, das comunidades e do meio ambiente. Ressalta que as salvaguardas existem para minimizar os riscos negativos e ampliar os impactos positivos das ações. Afirma que os riscos sempre existirão, mas que as regras foram criadas para reduzi-los, e que o proponente neste caso, o Estado do Tocantins precisa segui-las rigorosamente. **A)** Todas as ações de JREDD+ devem respeitar as leis já existentes. Explica ainda o conceito de *Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI)*: é *livre* porque o Estado oferece condições para a participação; é *prévia* porque o crédito de carbono ainda não foi emitido e o programa está em fase de construção junto aos povos indígenas; e é *informada* porque o Estado está divulgando as informações sobre o processo em desenvolvimento. **B)** Transparência e eficácia das estruturas de governança: a governança deve ser transparente e eficiente, garantindo que todos saibam como as ações estão sendo conduzidas, que haja diálogo com as representações legítimas e que existam condições adequadas para reuniões e processos decisórios.

Arnaldo (aldeia Canoanã): questiona como fica a situação das reservas legais para os criadores de gado.

Isabel (ponto focal do estado): responde que o Programa Jurisdicional de REDD+ considera todo o território do Estado e que as atividades continuarão acontecendo, sendo trabalhadas de forma integrada. Destaca a importância de que a governança esteja alinhada, já que existem áreas abertas que podem ser aproveitadas como incentivo. Enfatiza que o programa não impedirá a abertura de novas áreas, mas incentivará práticas sustentáveis, citando como exemplo o sistema LPF – Lavoura, Pecuária e Floresta como alternativa viável.

Continua com a salvaguarda **C)** Respeito ao conhecimento dos povos: reforça que nenhum projeto do JREDD+ pode violar os modos de vida ou os saberes tradicionais, nem desrespeitar a legislação indigenista. Como exemplo, cita a *roça de toco*, prática tradicional que respeita a floresta nativa e o cerrado, representando um tipo de manejo florestal sustentável. Assim, não haverá proibição ou restrição a modos de vida tradicionais. **D)** Participação plena e efetiva: A participação deve ser ampla e efetiva de todas as partes interessadas, incluindo povos indígenas e comunidades quilombolas. O Estado propõe uma estrutura de política pública que depende da contribuição ativa de todos para alcançar resultados efetivos.

Isabel observa que as salvaguardas apresentadas até esse ponto estão relacionadas aos aspectos sociais, enquanto as seguintes tratam da dimensão ambiental.

Salvaguarda **E)** Conservação das florestas e da biodiversidade: Explica que as ações devem ser compatíveis com a conservação das florestas naturais e da diversidade biológica, incentivando a proteção dos ecossistemas e seus serviços ambientais. Cita como exemplo um projeto que previa o plantio de eucalipto, o que não seria permitido, pois é necessário respeitar a floresta nativa. Lembra que o *Código Florestal* define os limites do uso do território, e o JREDD+ não financia iniciativas que causem degradação ambiental, mantendo-se sempre em conformidade com a legislação vigente. **F)** Prevenção de riscos e reversão de resultados: destaca a importância de prevenir riscos de reversão, como o aumento do desmatamento ou da degradação, e ressalta a necessidade de avaliar previamente os possíveis impactos negativos das ações. Menciona como exemplo a construção de um campo de futebol em área onde existe uma nascente, afirmando que essa prática não é possível, pois o programa financia somente ações que são voltadas a preservação ambiental. **G)** Redução do risco de deslocamento das emissões: explica que, caso o setor agro produtivo não esteja igualmente envolvido, pode ocorrer migração de atividades para outras áreas, gerando novos focos de desmatamento. Por isso, é essencial o diálogo entre todos os setores.

João (moderador Plantuc): retoma para o levantamento das ações importantes e, antes disso, faz um breve resumo sobre os temas tratados até o momento.

Suia (aldeia Canoanã): questiona sobre quais as diferenças do JREDD+ para o REDD privado.

Rose (consultora Tocar): explica as diferenças entre o REDD privado e o REDD+ jurisdicional, dizendo que o REDD não é sequestro de carbono, mas sim a captura de carbono por meio do aumento do estoque de carbono através do reflorestamento e da ampliação das florestas. Faz referência à fala do Fabio (ponto focal do estado) sobre a repartição de benefícios e comenta que existem 32 tipos de créditos de carbono, citando exemplos e explicando que cada um tem um valor diferente.

Rose (consultora Tocar): sugere que a ARPIT crie um grupo de trabalho para discutir o PPA do Estado do Tocantins, que será debatido em 2026.

Após formaram-se 3 grupos para discussões das ações importantes.

Srêwê (ponto focal do estado): retoma com a escolha da entidade representativa. Explicando sobre os critérios que a mesma precisa ter para estar habilitada. Após as explicações a entidade representativa escolhida foi a ARPIT.

Encerrada as demandas do dia, seguiu-se para leitura da ajuda memória.

Após a assinatura da ajuda memória e entrega de certificados, as atividades foram encerradas às 19h30.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

1) Geração de Renda:

- Casa de cultura para artesanato;
- Cursos de artesanatos para vendas de miçangas;

- Aquisição de veículos para transporte e trabalho;
- Avicultura, piscicultura e suinocultura, apicultura;
- Casa de farinha;
- Cria e recria de gado;
- Extrativismo com beneficiamento de derivados;
- Ecoturismo;
- Roça mecanizada.

(2) Segurança Alimentar:

- Horta comunitária e pomar de frutas;
- Roça para mulheres cultivar mandioca e batata doce;
- Roça para mandioca, arroz.

(3) Fortalecimento das Associações:

- Capacitação para elaboração de projetos;
- Criação de associação das mulheres;
- Construção de galpão para eventos;
- Acesso à internet (starlink).

(4) Fortalecimento Cultural:

- Museu de história inĩ;
- Remuneração para anciãos ensinarem artefatos culturais (passar a cultura para jovens);
- Incentivo para uso de plantas medicinais;
- Revitalização do cântico de twerukuã;
- Apoio financeiro para festa cultural (heto hokã).

(5) Preservação Ambiental:

- Transporte para recuperação de pirosas (devido à seca dos rios: riozinho e tabinju);
- Brigada permanente;
- Recuperação de nascente dos rios e lagos;
- Viveiro de mudas.

(6) Vigilância Territorial:

- Vigilância e fiscalização territorial (guardião da floresta);
- Guarnição indígena.

(7) Capacitação:

- Capacitação para jovens (tecnologia, agroecologia);
- Formação de jovens na elaboração de projetos.

(8) Responsabilidades do Estado:

- Saneamento básico e poços artesianos;
- Centro esportivo completo;
- Quadra poliesportiva iluminada e campo de futebol;
- Rede de apoio para saúde;
- Ações para saúde na prevenção do uso de álcool e drogas para os jovens;
- Construção de escolas;
- Acesso à energia nas aldeias;
- Aquisição de carteirinha de pesca;
- Construção de moradia;
- Construção de posto de saúde;
- Transporte coletivo para aldeias;
- Apoio aos estudantes universitários;
- Combate ao feminicídio;
- Acesso para aldeia (estradas).

Avaliações e resultados da oficina

Conforme as avaliações dos participantes, a oficina apresentou resultados positivos. O evento consolidou-se como um espaço de diálogo e construção coletiva, promovendo a troca de saberes tradicionais e a valorização das experiências locais. Os objetivos propostos foram integralmente atingidos, contemplando a discussão dos temas previstos, a definição de ações prioritárias e a escolha dos representantes para a audiência pública. Além disso, a atividade reforçou a relevância da participação social nos processos decisórios e fortaleceu a integração entre comunidades, instituições e órgãos parceiros.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

DIA 01: TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2025



Credenciamento



O que é JREDD+



Apresentação: repartição de benefícios



Apresentação: governança



Dinâmica de aplicação dos conceitos



Leitura da ajuda memória



Assinatura ajuda memória



Recreação crianças